

A EDUCAÇÃO INFANTIL E A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO NO SEU CONTEXTO

EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND THE ROLE OF ASSESSMENT IN ITS CONTEXT



CRISTIANE STEVANATTO DI SANTI

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Universidade Cruzeiro do Sul (2019); Professora de Educação Infantil no CEI Professora Selma Regina Lima Messias.

RESUMO

De forma geral, buscou-se conhecer a função da avaliação na educação infantil. As práticas avaliativas foram trazidas de modo a confirmar como as concepções de criança, infância e avaliação podem interferir e influenciar nessa prática. Foram identificados alguns dos instrumentos avaliativos utilizados no trabalho pedagógico do professor. O valor pedagógico da avaliação tornou-se evidente ao levar o professor na busca de novos caminhos para promover o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Através desse trabalho foi percebido que embora muitas práticas avaliativas na educação infantil ainda não romperam com os modelos do ensino fundamental, os professores de educação infantil, começaram a modificar seus conceitos sobre educação infantil, infância, criança entre outros; o que tem contribuído para perceberem como a avaliação pode auxiliar a própria prática e favorecer o trabalho docente com vistas a promover o desenvolvimento integral das crianças.

Palavras-Chaves: Educação Infantil; Avaliação; Criança; Professor; Desenvolvimento.

ABSTRACT

In general, we sought to understand the role of assessment in early childhood education. Assessment practices were brought up in order to confirm how conceptions of children, childhood and assessment can interfere and influence this practice. Some of the assessment tools used in the teacher's

pedagogical work were identified. The pedagogical value of assessment became evident as it led the teacher to look for new ways to promote the child's development and learning. Through this work, it was clear that although many assessment practices in early childhood education have not yet broken with elementary school models, early childhood education teachers have begun to modify their concepts of early childhood education, childhood and children, among others. This has helped them to understand how assessment can help their own practice and foster teaching work with a view to promoting children's all-round development.

Keywords: Early Childhood Education; Assessment; Child; Teacher; Development.

INTRODUÇÃO

Percebe-se, de um modo geral, que não é dada a avaliação no contexto da Educação Infantil, a importância e relevância que merece. Esta prática, muitas vezes, acontece informalmente, entre pais e professores durante conversas na porta da sala de aula sem preocupação de registro ou acompanhamento da criança. Outras vezes, cumpre uma função meramente burocrática através de fichas ou boletins, para que a escola possa informar aos pais o que a criança alcançou ou não alcançou, numa visão classificatória sem valor pedagógico.

Observa-se também, na educação infantil, a concepção de um ideal de criança, ou seja, a concepção de que todas as crianças se desenvolvem de forma idêntica e ao mesmo tempo, desconsiderando as características e ritmo individual de cada uma delas. Assim o professor acaba por avaliar a criança de acordo com este ideal e com o comportamento que se espera dela em cada idade, deixando de considerar o contexto cultural e social em que está inserida.

No entanto, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil orientam que as instituições de Educação Infantil criem procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação. Dessa forma, o professor deve ter conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento infantil, a forma que a criança aprende e o valor do papel do adulto mediador para que possa através de suas observações, acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos numa prática avaliativa reflexiva e inclusiva.

O objetivo geral foi discutir a avaliação no contexto da educação infantil e suas contribuições para o trabalho pedagógico do professor com vistas a promover o desenvolvimento da criança.

Os específicos buscaram conhecer a função da avaliação na educação infantil; identificar as diferentes práticas avaliativas no contexto da educação infantil e analisar as práticas avaliativas e suas contribuições para o trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos alunos.

Para realização desse trabalho de pesquisa terei como base os seguintes autores: Jussara Roffman que discutirá a avaliação como processo de acompanhamento do desenvolvimento do aluno

com vistas à promoção de sua aprendizagem; Hilda Micarelo contribuíra trazendo a função da avaliação no contexto da educação infantil; Madalena Freire reafirmará sobre a importância do olhar reflexivo e o registro como forma de acompanhar o processo de desenvolvimento do aluno, entre outros.

Para realizar um estudo mais detalhado sobre a avaliação na educação infantil será feita uma pesquisa bibliográfica, a fim de elaborar um trabalho de pesquisa com explicações fundamentadas em autores/pesquisadores das abordagens da avaliação na educação infantil, nas quais tenham como objetivo, proporcionar maiores fontes de estudo, para enriquecimento do tema.

Buscarei, portanto mais recursos, através de fontes, como: sites, revistas, além de literaturas específicas que abordem a temática, estabelecendo um roteiro para leitura do material coletado, a fim de selecionar as informações relevantes. Alguns documentos, também, servirão como base norteadora do estudo, tais como a LDB – 9394 96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) e a Resolução n 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

As fontes de pesquisas foram escolhidas mediante indicações de leituras sobre educação e que fazem referência ao tema específico que será estudado e aprofundado.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO NO SEU CONTEXTO

Algumas considerações serão pertinentes para que se possa compreender como se dá a avaliação na Educação Infantil e a função que ela desempenha no trabalho educativo com as crianças.

Lançar mão da legislação vigente é um bom caminho para nortear este trabalho, uma vez que alguns conceitos devem estar bem claros para que o aprofundamento bibliográfico seja orientado por senda segura e pertinente.

É importante primeiro pensar no que vem a ser educação infantil, onde ela ocorre, a quem compete, quem são seus sujeitos.

No diagnóstico do Plano Nacional de Educação de 2001 é ressaltado que:

A educação infantil inaugura a educação da pessoa e que essa educação se dá na família, na comunidade e nas instituições, sendo que as instituições de educação infantil vêm se tornando cada vez mais necessárias, como complementares à ação da família, o que já foi afirmado pelo mais importante documento internacional de educação deste século, a Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990. (Plano Nacional de Educação, 2001)

Compreende-se que cada vez mais se faz necessário as escolas de educação infantil para vida das crianças menores, sobretudo com a função de complementar a ação educativa das famílias.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, nos artigos 29 e 30 estabelece que:

Art. 29: a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30: a educação infantil será oferecida em:

I. creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II. pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (LDB 9394\96)

Dessa forma, entende-se que a partir da LDB a Educação Infantil passa a fazer parte da educação básica, que é direito de todo cidadão brasileiro, compreendendo que todas às crianças de 0 a 6 anos de idade têm o direito de serem atendidas em estabelecimentos de ensino, anunciando um grande avanço, no sentido de fomentar o atendimento adequado a essas crianças, devendo garantir professores com formação mínima, de acordo com a legislação, como também espaços e materiais que atendam as necessidades do desenvolvimento infantil.

Diferente do que acontecia anteriormente, quando as crianças em idade de creche, de 0 a 3 anos, estavam predominantemente sob a responsabilidade da assistência social que tinha uma característica mais assistencialista, como exemplo, cuidados básicos de saúde e alimentação, com a preocupação de atender prioritariamente as necessidades das mães, aquelas que precisavam estar no mercado de trabalho. Grande parte dessas crianças eram atendidas por instituições filantrópicas e associações comunitárias, que recebiam apoio financeiro e, em alguns casos, orientação pedagógica de algum órgão público, como a antiga LBA.

No que se refere, especificamente, a avaliação na educação infantil a LDB 9394\96 no seu Art. 31. Diz que “na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.” (LDB 9394\96)

Contudo, a avaliação na educação infantil privilegia o acompanhamento do desenvolvimento da criança, sem preocupação em classificar ou reter o aluno, mesmo para o ingresso no ensino fundamente.

Sendo reafirmada na Resolução nº 5 de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil quando orienta:

Que as instituições de Educação Infantil criem procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação. (Resolução nº 5\2009)

Dessa forma, o professor deve ter conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento infantil, a forma que a criança aprende e o valor do papel do adulto mediador para que possa através de suas observações, acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos numa prática avaliativa reflexiva e inclusiva.

Após contextualizar a educação infantil no cenário educativo nacional e como essa avaliação deverá acontecer, é necessário pensar sobre a função da avaliação neste segmento de ensino, que

passa a fazer parte da educação básica e portanto, deve pressupor intencionalidade educativa, devendo ser , a avaliação, uma ação pedagógica orientada e planejada.

De acordo com Hilda Micarelo (2010, p. 1) contribui ao afirmar que:

Na educação infantil a avaliação cumpre o importante papel de oferecer elementos para que os professores conheçam melhor as crianças com as quais trabalham, suas características pessoais e grupais, suas emoções, reações, desejos interesses e modos pelos quais vão se apropriando da cultura na qual estão inseridas, transformando-a. (Micarelo, 2010 p.1)

Nesse contexto, a avaliação pressupõe conhecer de forma criteriosa os alunos, penetrando no universo individual e cultural em que estão inseridos. A observação no cotidiano da sala de aula, a aproximação com a família e com a instituição escolar passam a ser elementos fundamentais para que a avaliação cumpra sua função.

No entanto, Hoffmann (2007, p.15) nos ajuda a pensar que a avaliação não deve ter o caráter sentenciativo e constatativo, quando afirma que:

Um dos pressupostos básicos dessa prática é justamente investigativa e não sentenciativa, mediadora e não constatativa, porque é a dimensão da interação adulto\criança que justifica a avaliação em educação infantil e não a certeza, os julgamentos, as afirmações inquestionáveis sobre o que ela é ou não capaz de fazer. (Hoffmann, 2007, p.15)

Essa forma de pensar a avaliação diminuiria seu valor formativo e transformador já que constatar não implica compromisso de promoção e mudança, elementos indispensáveis para que os avanços da criança aconteçam. Por outro lado, buscar novas intervenções e desafios, para possibilitar melhores resultados, pode favorecer uma prática pedagógica mais dinâmica.

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, 1998 Vol. 2, p. 59 quando se refere a avaliação, afirma que:

A avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (RECNEI, 1998 v. 2, p. 59)

É imprescindível a avaliação para o processo educativo. Através da avaliação que o professor poderá saber se o aluno está atingindo os objetivos propostos, se está superando suas dificuldades, se está avançando em suas conquistas. E será através da mesma que o professor poderá retomar de forma reflexiva, suas ações.

Para possibilitar condições reais de avaliação, a ação reflexiva do professor deverá ser exercida no sentido de pensar se o ambiente que se tem oferecido a criança é suficientemente desafiador, se as atividades proporcionam situações de interação e atendem ao interesse e as necessidades das crianças, se alguma criança, em especial, necessita de estímulos individualizados para que supere suas condições dificuldades. Não se trata de avaliar somente a criança, mas as situações de aprendizagens que foram oferecidas.

Sendo a educação infantil um direito da criança, compromisso da família e dever do Estado, cabe a cada segmento da sociedade responsabilizar-se pelo que lhe compete.

No entanto, a prática avaliativa para o desenvolvimento integral da criança é função da escola, desde o momento que exige profissionais com conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento infantil, cabendo aos mesmos o acompanhamento e o favorecimento de avanços e conquistas, neste sentido.

Dessa forma, definir as funções da avaliação na educação infantil, pode propiciar uma prática consciente e de qualidade nas instituições de ensino, respeitando e resguardando os direitos fundamentais das crianças.

PRÁTICAS AVALIATIVAS: CONCEPÇÕES NECESSÁRIAS

O espaço da educação infantil no contexto educativo pode ser considerado como um espaço de relacionamento e aprendizagem na relação entre adultos/criança, criança/criança. A educação infantil deve se tornar um espaço de socialização e convivência, que assegure cuidado e educação da criança pequena.

Se a ação da educação infantil nasce do centro da relação entre os adultos e crianças, a convivência diária passa então a ser o lugar onde as crianças vão indicando seus momentos, interesses, curiosidades, sua vontade de aprender, sua história de vida. Nessa relação, o professor como adulto e mediador, terá condições de acompanhar o desenvolvimento das crianças, de forma organizada e intencional, sobre como elas se relacionam e interagem com o mundo, no empenho de favorecer o desenvolvimento das suas máximas habilidades.

No entanto, é importante perguntar quem é esta criança e, sobretudo, que concepção de criança são identificadas nesse espaço educativo; já que a partir dessa concepção surgirá formas de realizar as práticas avaliativas.

Sobre isto Hoffmann (2007) orienta:

A ação avaliativa é a própria mediação entre a criança, sua realidade e o espaço institucional, onde está inserido o educador com suas impressões de mundo, suas concepções a respeito das crianças, seu entendimento do papel da creche e pré-escola. (Hoffmann, 2007, p.16)

Dessa forma, fica claro que a prática avaliativa não é neutra. Traz consigo valores, crenças, concepções e visão de mundo, considerando que o professor deve buscar apropriar-se de teorias; principalmente, das áreas das ciências humanas como a psicologia, a sociologia, a filosofia para aproximar-se cada vez mais da realidade e do contexto em que desenvolve seu trabalho. Permitindo, portanto, ampliar concepções sobre criança, infância e o seu papel no contexto educativo da educação infantil.

Sobre a concepção de criança Kramer (1999 p.2) nos ajuda a pensar quando explica que:

As crianças são seres sociais, têm uma história, pertencem a uma classe social, estabelecem relações segundo seu contexto de origem, têm uma linguagem, ocupam um espaço geográfico e são valorizadas de acordo com os padrões do seu contexto familiar e com a sua própria inserção nesse contexto. Elas são pessoas, enraizadas num todo social que as envolve e que nelas imprime padrões de autoridade, linguagem, costumes. Essa visão de quem são as crianças – cidadãos de pouca idade, sujeitos sociais e históricos, criadores de cultura – é condição para que se atue no sentido de favorecer seu crescimento e constituição, buscando alternativas para a educação infantil que reconhecem o saber das crianças (adquirido no seu meio sociocultural de origem) e oferecem atividades significativas, onde adultos e crianças têm experiências culturais diversas, em diferentes espaços de socialização. (Kramer, 1999, p. 1)

A criança entendida como sujeito criador e de cultura nos leva a considerar que o espaço da educação infantil deve ser organizado para assegurar práticas que permitam que a criança utilize várias formas de expressão dentro de diversas linguagens; como nas linguagens plásticas, simbólicas, musicais e corporais. Num estímulo crescente da conquista da autonomia e da valorização das interações interpessoais. A cidadania, a cooperação, o respeito às diferenças e o cuidado consigo e com o outro vão sendo construídos nas vivências cotidianas.

O respeito ao que a criança traz do seu meio cultural, suas vivências, seus valores permitem que conheçamos a criança em sua individualidade, com seus gostos, preferências e modo de ser e estar no mundo. Tudo isso enriquece, sobremaneira, as experiências vividas coletivamente no espaço da educação infantil, que vão sendo construídos ao longo do processo educativo, permitindo que a educação infantil cumpra sua função socializadora e de interações relacionais.

Outro ponto necessário refletir é sobre a concepção de criança como um vir a ser, como uma pessoa que só será no futuro, não tendo nada para contribuir no presente.

No entanto, Jobim e Souza (1994) nos ajuda a compreender, quando afirma que: “A criança não se constitui no amanhã: ela é hoje, no seu presente um ser que participa da construção da história e da cultura do seu tempo” (Jobim e Souza, 1994, p. 159)

Mesmo a criança necessitando do auxílio do adulto, por um bom tempo para conquistar sua autonomia, ela traz suas especificidades próprias na forma de pensar e agir dentro de sua capacidade afetiva e cognitiva. Participando, assim, de um tempo e um espaço onde deixa suas marcas, modificando o seu contexto e construindo história.

Quando se concebe a criança como um vir a ser, as práticas pedagógicas e avaliativas tornam-se desqualificadas no sentido de pensar em preparar a criança para algo que ela não é, ou se prendendo naquilo que a criança ainda não é capaz de fazer, deixando de considerar suas capacidades e seu potencial criativo e transformador.

Após maior entendimento sobre a criança e o espaço institucional da educação infantil, partiremos para situar a ação avaliativa neste contexto.

Poderíamos perguntar por que é para que se avaliar na educação infantil, uma vez que neste segmento de ensino não se tem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (LDB 9394/96).

De acordo com a LDB 9394/96, a legislação traz diferenças na forma de tratar a avaliação da educação infantil das demais etapas da educação básica, por reconhecer as particularidades que envolvem o trabalho com as crianças dessa faixa etária, assinalando que essa deve acontecer mediante o acompanhamento do desenvolvimento da criança.

Para Hoffmann (2007):

A avaliação em educação infantil precisa resgatar urgente o sentido essencial de acompanhamento do desenvolvimento infantil, de reflexão permanente sobre as crianças como elo da continuidade da ação pedagógica. (Hoffmann, 2007, p.42)

A avaliação é uma prática contínua e reflexiva de acompanhamento da criança, não devendo ter fim em si mesma, já que a criança está em constante mudança, pois o que ela ainda não é capaz de realizar hoje, amanhã poderá conseguir. Assim, o professor deve transformar suas “certezas” ou “verdades” em hipóteses para que possa ampliar seu olhar para um maior entendimento sobre o que observa e “constata”, transformando sua prática em uma ação pedagógica reflexiva, considerando as formas peculiares das crianças responderem às situações.

Mas nem sempre acontece dessa forma, visto que, ainda ocorrem práticas que tomam como base os modelos do ensino fundamental, que de segundo Hoffmann (2007), são classificatórias e comportamentalistas.

Elisandra Godói (2007) traz também sua contribuição ressaltando que:

“Portanto rever a avaliação e em uma perspectiva de construção exige uma análise sobre a organização do trabalho pedagógico (o currículo, os tempos e os espaços educativos), além das concepções de mundo, de sociedade, de educação infantil, de criança, de infância que temos praticado. A avaliação como um processo em construção vai na contramão de uma avaliação controladora, que determina a maneira de as crianças sentirem, viverem, conviverem e estarem na sociedade. Vai na contramão da submissão e da exclusão.” (Nono, p. 8; Apud Godói, 2007, p.34)

Dessa maneira, corre-se o risco de transformar a avaliação em uma prática excludente se a criança não é compreendida como um ser capaz e competente, e a educação infantil como espaço educativo que deve ser organizado para promover o desenvolvimento da criança.

Portanto, podemos entender que a ação avaliativa é bastante complexa devido a subjetividade que envolve seus sujeitos, exigindo do professor uma postura investigativa indo de encontro a concepção de criança como ser ativo, pensante e produtor de sua história, para que garanta uma prática promotora de sucesso.

O TRABALHO PEDAGÓGICO E SEUS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

A avaliação torna-se uma ação indissociável do processo educativo por possibilitar ao professor que reúna um conjunto de elementos para que possa refletir sobre sua prática, tendo em vista, as experiências que oferecem às crianças na busca de promover desafios e estratégias adequadas que criem os avanços necessários para a aprendizagem.

Portanto, a avaliação deve ser compreendida como processo educativo por exigir acompanhamento sistemático, orientação e retomada do processo como um todo.

É necessário pensar quais instrumentos de avaliação poderão ser utilizados para este segmento de ensino, uma vez que traz em si especificidades que devem ser consideradas; sob pena de descaracterizar o trabalho pedagógico com crianças nessa faixa etária.

Sobre estes instrumentos temos a orientação da LDB 9394/96 que diz no seu art. 31 que: “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

Considerando esta orientação, a avaliação deverá acontecer através de acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, no entanto, podemos perguntar de que forma deve ser realizado este acompanhamento e registro.

Sobre isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009) trazem mais detalhes, especificando que:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo: A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.) (DECNEI, 2009, Art.10, parag. I e II)

Para realizar uma observação crítica e criativa como assinala as DCNEI (2009), a observação e interpretação da realidade em termos do desenvolvimento da criança, dependerão do olhar do

professor, o que ele traz de concepções, de vivência e de conhecimentos específicos sobre seu campo de atuação.

Sobre o olhar do docente, a escuta e o compromisso que o professor deve ter em suas observações, Madalena Freire contribui quando afirma que:

O mesmo acontece em relação ao nosso olhar estereotipado, parado, querendo ver só o que nos agrada, o que sabemos, também reproduzindo um olhar de monólogo. Um olhar e uma escuta dessintonizada, alienada da realidade do grupo. Buscando ver e escutar não o grupo (ou o educando) real, mas o que temos na nossa imaginação, fantasia – a criança do livro, o grupo idealizado. Ver e ouvir demanda implicação, entrega ao outro. (Weffort, 1996, p.2)

Podemos dizer que a observação é uma relação dinâmica entre a realidade e como ela está sendo interpretada. Vai além do que os olhos podem constatar. É o estabelecimento de um diálogo, onde perguntas devem ser feitas, sem deixar de duvidar das próprias respostas, no intuito de conhecer cada vez mais os alunos e a forma como eles aprendem. Conhecer também para avaliar e planejar as ações educativas já que através dessas ações serão organizados ambientes, situações de aprendizagem e atividades que atendam aquele grupo em especial, e contemplem as diferenças individuais dos alunos.

Ainda voltando o entendimento para uma observação crítica, criativa e criteriosa; é fundamental que o professor tenha claro o que quer observar na criança, ou seja, sua forma de interagir com o grupo, sua forma de interagir com os espaços, sua forma de comunicar-se, sua forma de explorar os brinquedos, sua forma de brincar e resolver conflitos, entre outras. Sem este compromisso, a observação se torna vazia e sem objetivo, visto que, não traz elementos de reflexão e conhecimento para a própria prática.

Acompanhar o desenvolvimento dos alunos através da observação exige, além de tudo, a organização de documentação específica que sirva de apoio ao professor, como exemplo; os relatórios descritivos, os portfólios com as produções das crianças, fotografias, entrevistas com as famílias, enfim – um diversificado número de instrumentos que reúnam e apreendam os diferentes momentos do cotidiano na instituição, e possibilite a comprovação dos avanços e dificuldades encontradas pelos alunos em seu processo de aprendizagem.

Um planejamento organizado, com objetivos bem definidos, de forma que preveja o que será proposto às crianças também colaborará com o processo avaliativo; desde que sejam observados os resultados do que foi planejado, promovendo reflexões sobre o trabalho, podendo ou não ser modificado.

As reflexões sobre o que foi planejado após os resultados e as reações das crianças deverão ser anotadas para que sirvam de suporte e apoio para novas propostas.

Como já citado anteriormente, um dos instrumentos utilizados na prática avaliativa da educação infantil é o relatório individual do aluno ou relatório descritivo. Nestes relatórios o professor registra o processo vivido pelo aluno durante um período de tempo no espaço educativo. Por ser uma prática que exige habilidades específicas do professor, como domínio da escrita e síntese, observação e reflexão, conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, conhecimento sobre a realidade cultural e social da criança, entre outras; muitos professores não se sentem confortáveis e seguros ao ter que elaborá-los, pois normalmente são estes relatórios que ficam arquivados na escola e chegam às mãos das famílias como documento sobre o acompanhamento do desenvolvimento da criança, revelando a história da criança no espaço institucional.

Pode ocorrer, também, a falta de compromisso do professor quando este registra sem critério algum, sobre o comportamento e a individualidade da criança. O professor deve compreender que seu registro vai muito além do que ele observa da criança, mas também e principalmente sua forma de conceber e fazer educação.

Jussara Hoffmann (2007), a partir dos estudos que tem realizado vem contribuindo muito para orientação dos professores quanto a estes aspectos. Ela ressalta que:

Registros de avaliação significativos procuram documentar e ilustrar a história da criança no espaço pedagógico, sua interação com os vários objetos do conhecimento, sua convivência com os adultos e outras crianças que interagem com ela. Como história individual, devem esses registros revelar trajetórias individuais, peculiaridades, avanços e dificuldades próprias de cada criança, respeitando o seu “ser” diferente dos outros. Diferença entre elas entendidas como normais e não como desvantajosas. (Hoffmann, 2007 p.44)

Relatar a história da criança em seu processo de descobertas e conquistas, de modo que ela seja compreendida em sua individualidade, tornará a prática avaliativa inclusiva; entendendo que cada criança tem seu jeito próprio de percorrer o caminho na construção dos seus conhecimentos.

Os relatórios individuais de avaliação podem ser considerados a “documentação específica que permita às famílias conhecerem o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem”, de que trata as DCNEI (2009, Art. 10 parag. IV), considerando que as famílias têm o direito de participar do processo educativo dos seus filhos nas escolas de educação infantil, acompanhando suas conquistas e apoiando nas dificuldades. Muitas vezes, as famílias através deste instrumento, passam a conhecer aspectos do desenvolvimento da criança que desconheciam e também do trabalho da instituição.

Outro instrumento que tem subsidiado o trabalho avaliativo dos professores é o portfólio individual do aluno. Este instrumento também deve ser compartilhado com a família e construído com a participação da criança. Nele devem estar agrupadas as produções do aluno, fotografias, objetos, coleções, entre outros; com o objetivo de registrar diferentes momentos e vivências da criança, de modo que reflita o processo vivido através de produções e atividades significativas.

A criança deve ter a oportunidade de participar da seleção do que comporá o portfólio, além de poder ter acesso ao mesmo para recordar o que foi vivido e manifestar suas impressões.

Algumas instituições também se utilizam de relatórios particulares onde são registradas informações prestadas pelas famílias relativas à saúde da criança, hábitos alimentares e de rotina, preferências, composição familiar, etc. Estes dados deverão estar de posse da instituição e professores para que melhor conheçam seus alunos e possam atendê-los em suas necessidades.

Portanto, o professor de educação infantil poderá lançar mão dos diversos instrumentos que irá auxiliá-lo para realizar uma avaliação criteriosa em favor de sua prática. No entanto, esses instrumentos só se tornarão eficazes quando utilizados para dar suporte ao professor, sem desconsiderar a importância maior do processo vivido, junto aos alunos – o de compreensão e acompanhamento da criança para lhe oportunizar o desenvolvimento pleno de seu desenvolvimento.

A AVALIAÇÃO A FAVOR DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Pode-se observar que nem sempre é dada a avaliação no contexto da Educação Infantil a importância e relevância que merece desconsiderando suas reais funções. Algumas práticas, ainda trazem raízes de uma avaliação escolar cujos padrões estão baseados em instrumentos de medida que servem, para o exercício de classificação, seleção e exclusão.

Acontece também, muitas vezes, de maneira informal; conversas entre pais e professores nas portas das salas de aula, sem uma preocupação maior de registro ou acompanhamento da criança. Outras vezes, cumpre uma função meramente burocrática através de fichas ou boletins, para que a escola possa informar aos pais o que a criança alcançou ou não alcançou, numa visão classificatória sem valor pedagógico.

Dessa forma, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (2002) dá ênfase a avaliação formativa por considerar o processo do desenvolvimento infantil, criticando as práticas avaliativas utilizadas como instrumentos classificatórios.

[...] Outras práticas de avaliação conferem as produções das crianças: notas, conceitos, estrelinhas, carimbos com desenhos de caras tristes ou alegres conforme o julgamento do professor. A avaliação nessa etapa deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima da criança (RECNEI, 2002 vol.I, p.59)

A avaliação considerada como processo, contempla a criança de forma global em todos os aspectos de seu desenvolvimento, diferente de considerar o resultado final de uma produção ou de um comportamento, através de instrumentos rígidos, o que, quase sempre, desqualificam as crianças em seu potencial.

Se pensarmos que a avaliação tem a importante função de diagnosticar e apontar rumos para a prática, o professor deverá assumir seu papel de mediador do processo de aprendizagem;

apresentando as diversas possibilidades que a criança tem de conhecer o mundo em que vive e interagir nele. Neste sentido a mediação pode ser entendida, segundo o Proinfantil, Módulo II (2006), como:

A função de estabelecer a relação entre dois termos ou situações. Para a psicologia sócio-histórica, da qual Vygotsky é um dos autores mais conhecidos, a relação entre os seres humanos e o mundo é mediado pelos outros seres humanos com os quais convivemos e pela cultura onde estamos inseridos (Proinfância, 2006 Mod.II, Unid. I, V.2)

Nessa relação, o professor como mediador da aprendizagem, vai intencionalmente construindo um espaço de interações e descobertas, através de várias situações que promovam desafios.

Através dessa mediação será capaz de observar a criança e propor novos caminhos em busca de uma educação plena e de qualidade.

A avaliação somente tem valor pedagógico quando impulsiona a prática docente na busca de novos caminhos e/ou para reafirmar o sucesso do trabalho realizado. Ou seja, a avaliação deve estar sempre a favor do professor, mas para isso o professor da Educação Infantil, deve ter claro o que deseja observar e o que fará a partir dessas observações. O Módulo IV Proinfantil (2006) afirma que:

Isso significa que somente podemos considerar que estamos avaliando nossas crianças quando **selecionamos** criteriosamente os aspectos a serem avaliados, verificando se as estratégias que escolhemos para avaliá-las são as mais adequadas para obtermos elementos que nos possibilitem *comparar avanços*, *analisar* as intervenções que fizemos e *definir* o que é necessário para impulsionarmos a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. (Coleção Proinfantil, 2006, mod. IV uni.3, vol.2 p.12)

Mediante este entendimento tornou-se relevante verificar como os professores pesquisados têm tratado os dados recolhidos após a observação dos alunos e dos registros através dos relatórios descritivos, já que, “comparar avanços”, “analisar as intervenções” e “definir o que é necessário”, segundo o Proinfantil (2006) são ações fundamentais para impulsionar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

Vale ressaltar os seguintes aspectos:

- Transforma-se em autoavaliação e o repensar do planejamento;
- Verificação do alcance das metas planejadas;
- Busca de estratégias para o desenvolvimento das crianças;
- Revisão da prática para ajudar aos alunos a superarem suas dificuldades;
- Possibilidade de mostrar aos pais o trabalho realizado pelo professor;
- Relatar (registrar) o que foi observado para não esquecer e ajudar aos alunos;
- Intervenções necessárias para atender às necessidades reais dos alunos;
- Acompanhamento dos pais sobre o desenvolvimento dos filhos na escola;

- Possibilidade do acompanhamento da Orientação Pedagógica sobre o desenvolvimento de cada aluno;
- Trabalho de equipe, integração: professor, escola e família em prol da superação da dificuldade do aluno.

Percebe-se que os aspectos contemplam um olhar da avaliação como processo em que o professor deve se preocupar em ajudar as crianças em suas dificuldades tendo em vista, a complexidade do trabalho docente e do desenvolvimento da criança; buscando apoio dos pais e da escola. Além da percepção da necessidade da retomada do planejamento e da autoavaliação em busca de melhores resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, através da pesquisa bibliográfica, buscou-se aprofundar conhecimentos sobre a avaliação na Educação Infantil e como esta avaliação contribui para o trabalho do professor em sua ação educativa com vistas ao desenvolvimento da criança. Pude compreender melhor o papel da educação infantil no cenário da educação nacional e a função da avaliação neste segmento de ensino.

Com os avanços legais, hoje a educação infantil, integra a educação básica e passa a ser direito de toda a criança de 0 a 6 anos. Garante que as crianças sejam atendidas em instituições educativas, por professores; em espaços adequados, com objetivo de promover o desenvolvimento de todas as potencialidades na primeira infância.

Este segmento de ensino desenvolve um currículo voltado ao atendimento das peculiaridades dessa faixa etária, que pressupõe acompanhamento sistematizado do desenvolvimento das crianças. No entanto, para que a aprendizagem seja garantida, a avaliação cumpre um papel importantíssimo: o de acompanhar o processo de desenvolvimento da criança.

Através da avaliação o professor terá parâmetros para refletir sobre sua prática, bem como, se os alunos estão avançando em suas conquistas ou se ainda necessitam de intervenções que garantam efetivos avanços.

A compreensão da avaliação como processo possibilita retomadas de ações e garante a promoção de uma prática reflexiva e dinâmica, onde não há um momento pré-determinado para verificar o resultado de algo, mas a observação sistemática no cotidiano da escola sobre o comportamento, interesse e necessidade de cada criança ou do grupo; numa percepção de que a criança está em constante mudança.

Mediante estudos, percebe-se avanços quanto a compreensão dos professores em relação a função da avaliação na educação infantil, visto que passam a considerar a avaliação indispensável para seu trabalho pedagógico. Não mais como uma satisfação a dar aos pais ou a instituição, sobre o que a criança é capaz ou não de fazer na escola, mas como parte inseparável do processo ensino-

aprendizagem. Este olhar transforma o trabalho docente em uma prática acolhedora com atenção às diferenças e a forma peculiar com que a criança interpreta o mundo.

Fica claro que as práticas avaliativas vêm sendo aprimoradas através das orientações legais, estudos científicos e das mudanças de concepções sobre criança, infância, educação infantil e, sobretudo, sobre a própria avaliação.

Os diversos instrumentos utilizados na avaliação têm favorecido a visão global desse processo. Sendo atribuído um grande valor aos registros descritivos sobre o desenvolvimento dos alunos, considerando a observação o suporte que permite a construção desses registros e as ações reflexivas do professor.

Portanto, a discussão entre teoria e prática e o aprofundamento desses conhecimentos, confirmam que um trabalho sério voltado para a qualidade da educação infantil, onde a avaliação passa a ser considerada um instrumento de grande valor pedagógico, pode garantir mudanças significativas no cotidiano da sala de aula e, sobretudo, no cenário educativo do nosso país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Formação Pessoal e Social. 1998. Brasília.

_____. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Brasília.

_____. Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Introdução. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Conhecimento de Mundo. Brasília. 2002.

_____. MEC/SEB. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. 2009. Brasília.

FAZOLO, Eliane; Carvalho, Maria Cristina; Leite, Maria Isabel. **Educação Infantil em Curso**. Editora Lido. Rio de Janeiro, 1997.

FREIRE, Madalena. **Observação, Registro e Reflexão. Instrumentos Metodológicos**. Editora São Paulo. Espaço Pedagógico, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre. Editora Mediação. 2007.

KRAMER, Sônia. **O Papel Social da Educação Infantil**. Revista Textos do Brasil, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1999.

LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseane Pereira; FARIA, Vitória Líbia. **Coleção Proinfantil**, mod. II, unid.1, vol. 2. Brasília, 2005.

LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseane Pereira; FARIA, Vitória Líbia. **Coleção Proinfantil**, mod. II, unid.3, vol. 2. Brasília, 2005.

LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseane Pereira; FARIA, Vitória Líbia. **Coleção Proinfantil**, mod. IV, unid.4, vol. 2. Brasília, 2006.

MICARELO, Hilda. Texto **Avaliação e transições na Educação Infantil**. Domínio Público. 2010.

NONO, Maéve Anabel. Texto **Avaliação na Educação Infantil**. Legislação e Pesquisa. UNESP– Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Departamento de Educação São José do Rio Preto [2009 ou 2010]

RAIZER, Cassiana Magalhães. **Documentação Pedagógica: Portifólios Avaliativos na Educação Infantil**. Revista Científica Sensus: Pedagogia, Londrina, v.1, n.1, jan/jun, 2011.